

Emigração e Retorno. Expetativas de regresso de emigrantes portugueses - uma primeira síntese

(agradecemos que não se altere o sentido das afirmações)

José Carlos Marques (jclaranio@gmail.com)

Pedro Góis (pmgois@gmail.com)

Filipa Pinho (filipapinho@ces.uc.pt)

O presente texto constitui uma primeira análise dos dados obtidos através de um inquérito anterior dirigido aos portugueses que ainda se encontram no estrangeiro.

O crescimento da emigração portuguesa desde, pelo menos, o início do século XXI, conheceu um acentuado processo de intensificação no decurso da crise económica e financeira dos anos 2008 a 2015. A saída de portugueses em resposta a uma situação económica desfavorável e às medidas austeritárias decorrente da intervenção da Troika levou a que o fluxo de saída durante estes anos assumisse valores próximos dos registados nos finais da década de 60 e inícios da década de 70 do século passado.

A partir de 2015, a suavização da crise, o desenvolvimento de diferentes tensões na Europa (resultantes, por exemplo, do Brexit e dos movimentos anti-imigração em vários países da Europa), permitia confiar que houvesse um aumento dos movimentos de regressos a Portugal. Um conjunto de programas e ações políticas, algumas criadas antes desta data, procuraram promover o regresso de segmentos específicos da população emigrada através de incentivos ao regresso. Os números conhecidos dos regressos são, para já, muito baixos antecipando alguma ineficácia no contrariar das dinâmicas emigratórias recentes.

Neste contexto, conhecer as opções migratórias futuras dos portugueses a residir no estrangeiro e, em particular, as suas expetativas de regresso, constitui um aspecto central na compreensão da potencial dimensão do regresso. Saber que fatores influenciam as intenções e as decisões de regresso, assim como as perspectivas quanto à sua reintegração, são questões importantes no planeamento de medidas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro e na aferição das possibilidades de mobilização dos recursos que detêm.

A partir da análise dos resultados de um inquérito realizado a portugueses residentes no estrangeiro, esta síntese explora algumas variáveis relevantes sobre as expetativas de regresso dos portugueses. Esta primeira análise encontra-se organizada segundo as seguintes dimensões: fluxos de emigração; intenções de regresso; motivações para o regresso e efeitos da pandemia sobre as intenções de migração de regresso.

Breve nota sobre a evolução da emigração portuguesa nas últimas duas décadas

Os fluxos de saída de portugueses assumiram uma maior dinâmica após o início do século XXI. Segundo os dados coligidos pelo Observatório da Emigração (Pires *et al.*, 2020), a evolução deste fluxo foi marcada por um aumento das saídas até 2007, uma redução entre 2008 e 2010 e um novo aumento a partir de 2010. Estima-se que, no total, aproximadamente um milhão e meio de portugueses migraram (permanente ou temporariamente) entre 2001 e 2018, 685.000 deles até 2010 e mais de 805.000 entre 2011 e 2018.

Para além dos números, muito elevados tendo em conta a dimensão da população e da população ativa, outros fatores merecem relevância. No decurso das últimas duas décadas a emigração portuguesa foi-se tornando cada vez mais diversificada, quer em termos dos grupos sociodemográficos que participam neste movimento, quer nos destinos para onde se dirigiam, quer, ainda, nas modalidades através das quais se concretiza a migração. Ao nível das características demográficas continuam, evidentemente, a emigrar com mais intensidade aqueles que se encontram em idade ativa jovem, mas assiste-se, também, à participação de uma proporção relevante de pessoas com mais de 35 anos, indiciando que a experiência migratória se torna, cada vez mais, uma realidade que acompanha, em diferentes graus, as biografias individuais dos cidadãos nacionais. A emigração portuguesa nas últimas três décadas regista um maior número de mulheres que migram de forma individual (isto é, sem serem acompanhadas de familiares, ou sem o objetivo de se reunirem a familiares que já se encontram no estrangeiro), representando, segundo diferentes fontes, atualmente pouco menos de metade do total de saídas.

Em relação às características socioprofissionais, a alteração mais significativa, ou, pelo menos, a mais mediatizada, relaciona-se com o aumento da proporção de pessoas com níveis de qualificação formal mais elevados. Porém, é importante salientar que os detentores de níveis de qualificação não superiores, isto é, com o secundário completo ou incompleto, continuam a ser dominantes nas saídas. A emigração permanente ou temporária de indivíduos com licenciatura, mestrado e/ou doutoramento registou nos últimos anos um importante incremento numa demonstração de que a saída de capital humano qualificado deve ser encarada como crescente.

Principais destinos

Os dados disponíveis indicam que a maioria das saídas continuam a dirigir-se para países da Europa Ocidental, ainda que se tenha assistido a uma maior variedade de destinos neste espaço geográfico. A evidência disponível mostra que, para além dos países europeus, a atual emigração se tem dirigido, também, para destinos que até agora funcionavam apenas marginalmente como países de acolhimento de migrantes portugueses. Assim, os destinos da emigração portuguesa tornaram-se geograficamente mais diversificados, complementando a integração no sistema migratório da Europa Ocidental com uma maior participação, como país de origem, no sistema migratório lusófono. Neste último sistema migratório os casos do Brasil e de Angola são paradigmáticos do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa devido ao crescimento económico vivido, até 2015, por estes países. A retração nos últimos anos dos fluxos migratórios com destino a estes países é bem demonstrativa da característica de emigração económica que os fluxos de portugueses vêm assumindo.

A variedade das modalidades emigratórias constitui uma outra característica diferenciadora dos movimentos emigratórios portugueses contemporâneos. Às saídas de carácter mais permanente (que continuam a ser relevantes) é, agora, necessário acrescentar um fluxo de saídas temporárias ou mesmo circulares, justificadas por fatores estruturais como a reestruturação dos mercados laborais a nível global e regional, a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral, o desenvolvimento de nichos de emprego específicos, a livre circulação no espaço da União Europeia e a generalização das tecnologias de informação, comunicação e de transporte de baixo custo. No seu conjunto, estes fatores sustentam a criação de estruturas de oportunidades migratórias mais complexas do que no

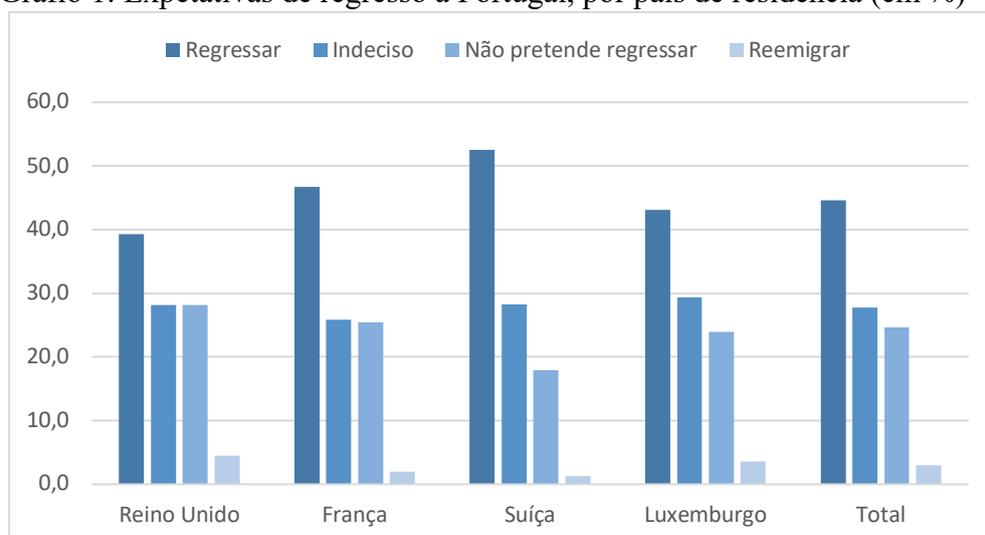
passado e o desenvolvimento de modalidades migratórias adequadas a responder de forma satisfatória às possibilidades de integração laboral que se desenvolvem nos diferentes países e setores económicos

As expetativas em relação ao regresso

O regresso tem, historicamente, acompanhado os fluxos emigratórios portugueses. Cada fluxo migratório tem produzido uma contracorrente de regressos de dimensão e características variáveis. É de admitir que a realidade venha a não ser muito diferente em relação à emigração que se produziu a partir de 2000. Os poucos estudos existentes sobre o regresso apontam precisamente nesse sentido. Assim, segundo os dados do Censo de 2011, os regressos terão representado, aproximadamente, 40% do total de saídas estimadas para a primeira década do século XXI (Peixoto *et al.*, 2016). Num projeto concluído em 2015 (projeto REMIGR), o regresso constitui a intenção predominante entre os que responderam ao inquérito aplicado no âmbito deste projeto (29,1% declararam pretender regressar a Portugal). Num outro estudo (Góis *et al.*, 2017), realizado em 2017, a percentagem dos que eram assertivos em relação à sua intenção de regresso foi de 31,4%.

No inquérito enquadrado no presente projeto de investigação, o estudo das intenções de regresso assume um lugar central. A este inquérito, realizado de forma presencial, online, telefónica e com recurso às novas tecnologias de comunicação (WhatsApp, online, Facetime, etc.), responderam 2.349 portugueses residentes no estrangeiro. À semelhança de estudos anteriores, também neste o regresso a Portugal constitui a expetativa mais exteriorizada pelos inquiridos (44,6%), seguindo-se a indecisão em relação ao projeto migratório futuro (27,7%) e a expetativa de permanecer no país (24,7%). A intenção de migrar para outro país é residual no conjunto das respostas obtidas (3,0%). Em geral, a estrutura das intenções de regresso é consistente nos quatro países que constituem os estudos de caso do projeto. Verificam-se, no entanto, algumas dissimilaridades nas respostas dadas pelos residentes nos diferentes países: a intenção de regresso assume particular expressão entre os residentes na Suíça (52,6%); o desejo de permanecer no país é mais expressivo entre os residentes no Reino Unido (28,1%); e a indecisão é maior (ainda que muito ligeiramente) nos residentes no Luxemburgo (29,3%).

Gráfico 1: Expetativas de regresso a Portugal, por país de residência (em %)



Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Em termos de género não se registam diferenças significativas nos projetos migratórios, apenas uma proporção ligeiramente maior de homens a pretenderem regressar ao país (44,2% vs. 41,3%) e uma ténue sobre-representação das mulheres na intenção de permanecer (26,3% vs 25,1%) ou na indefinição em relação ao seu futuro migratório (29,9% vs 26,3%).

Quanto à relação entre as intenções de regresso e a idade dos inquiridos, verifica-se que os respondentes com 50 ou mais anos referem com maior frequência a opção pelo regresso (59,8% dos inquiridos neste grupo etário), enquanto a expectativa da permanência ou da remigração se encontra presente, sobretudo, nos grupos com idades inferiores (30% dos inquiridos com menos de 50 anos indicaram uma destas opções). São, também, os mais jovens que apresentam uma maior indefinição quanto ao seu projeto migratório futuro (30% vs 18%).

Regressar: quando?

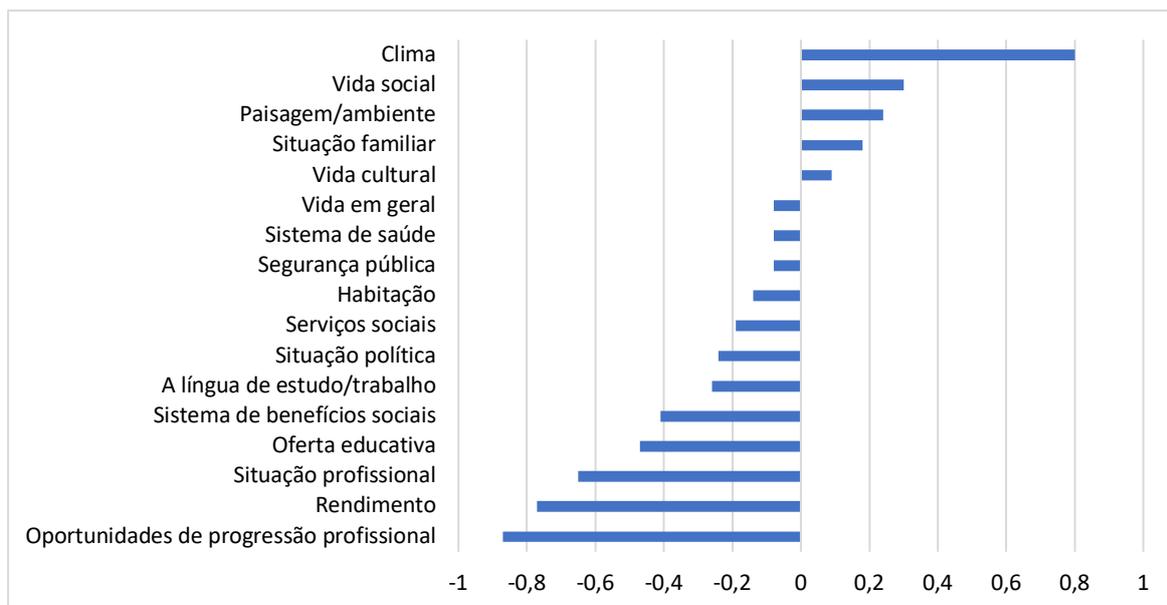
Apesar da intenção de regresso a Portugal assumir uma posição preponderante no conjunto dos inquiridos, é necessário notar que parte importante dos inquiridos (40%) não têm ainda claramente definido o momento em que esse regresso se concretizará. Somente um quinto dos inquiridos que pretendem regressar, preveem fazê-lo no curto prazo (em 2020 ou 2021) outro quinto manifesta a intenção de regressar no médio prazo (entre 2022 e 2024). Os restantes emigrantes que manifestaram o propósito de regressar, estimam que o regresso se concretize apenas a partir de 2025.

Solicitados a indicar a probabilidade de se encontrarem a residir em Portugal em três momentos específicos (no próximo ano, daqui a 5 anos e daqui a 10 anos), os inquiridos indicaram que, à medida que aumentava o espaço temporal considerado, se ampliava a percentagem dos que consideravam provável ou mesmo muito provável vir a residir no país (de 14%, para 35% e para 53% no caso do período temporal mais dilatado).

Motivações para o regresso

Como demonstram diversos estudos realizados sobre o regresso, o processo de tomada de decisão é influenciado por um conjunto diverso e de importância variável de fatores. Entre os inquiridos que têm a expectativa de regressar, os fatores mais relevantes relacionam-se com a vida familiar, ou com dimensões que se podem considerar intrínsecas ao país, como a paisagem e o clima. Os que não pretendem regressar, por seu lado, apontam como principais motivos fatores de natureza profissional, tais como a situação profissional, o rendimento, ou as oportunidades de progressão profissional e, também, condições relativas ao funcionamento do Estado de Bem Estar no país que se encontram, nomeadamente ao nível do sistema educativo e dos benefícios sociais.

Gráfico 2: Relevância de diferentes fatores na decisão de regressar ou não ao país

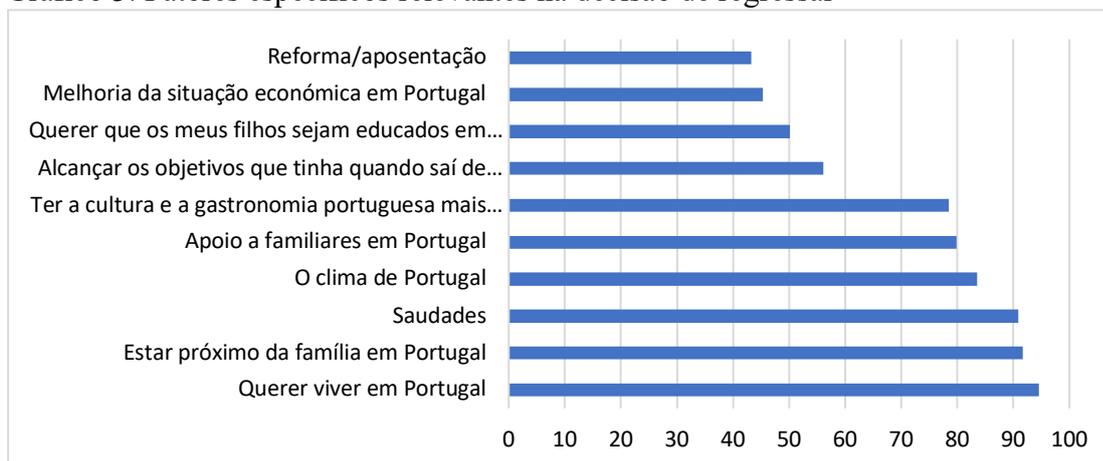


Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Legenda: valores negativos indicam uma maior importância atribuída ao fator por parte dos que não pretendem regressar (comparativamente aos que pretendem regressar) e valores positivos indicam que ao fator foi atribuída mais relevância pelos que pretendem regressar ao país (comparativamente aos que não pretendem regressar).

Questionados sobre os fatores específicos que os emigrantes com intenção de regressar a Portugal consideram mais relevantes na sua decisão, sobressaem os motivos familiares e estruturais referidos atrás. O desejo de estar próximo da família, as saudades, o clima, o apoio de familiares e o maior acesso à cultura e à gastronomia portuguesas são, individualmente, considerados relevantes por mais de 70% dos respondentes.

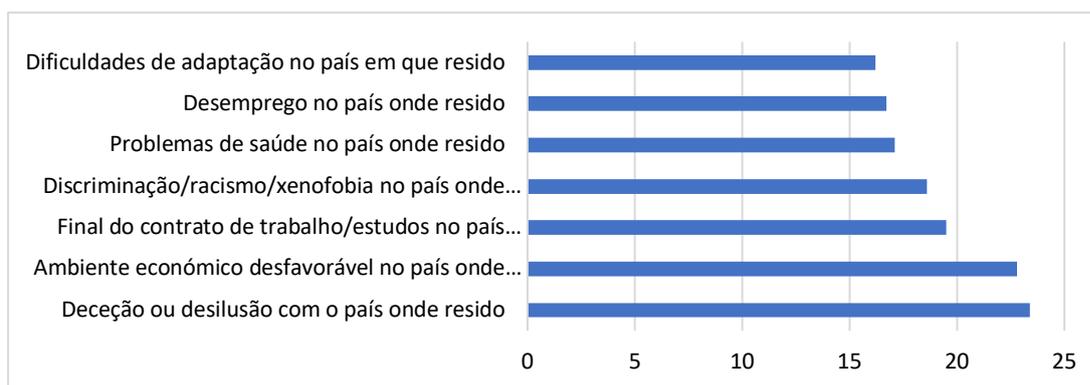
Gráfico 3: Fatores específicos relevantes na decisão de regressar



Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Os fatores relativos ao país de residência são, em geral, considerados menos relevantes por parte dos inquiridos. Somente a desilusão com o país de residência e a degradação do contexto económico são salientados por mais de 20% dos inquiridos. De assinalar que as dificuldades de adaptação ao país para onde se emigrou, frequentemente apontadas como uma razão central nos regressos, são mencionadas apenas por 16% dos inquiridos.

Gráfico 4: Fatores específicos do país de residência relevantes na decisão de regressar



Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

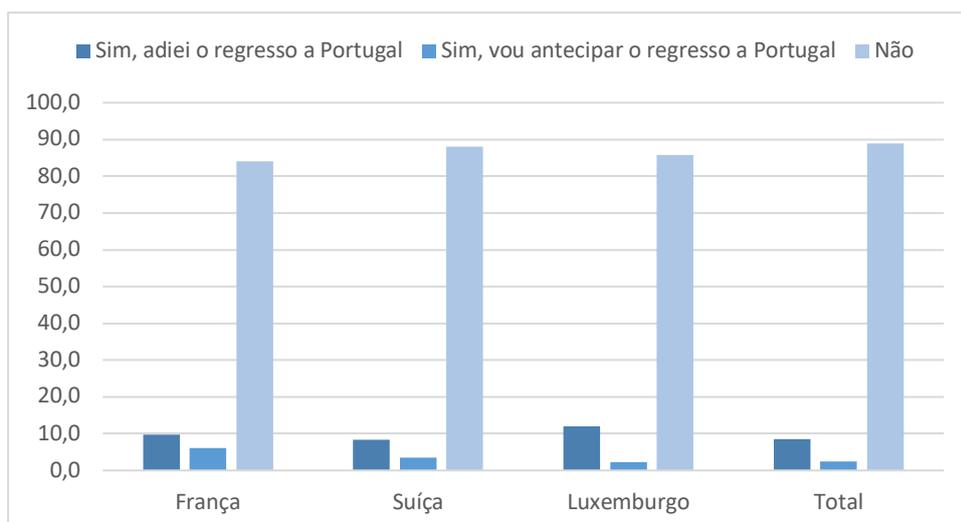
Em síntese, os dados obtidos através do questionário ao qual os emigrantes responderam parecem indicar que os motivos relativos ao país de origem influenciam mais a decisão de regresso, enquanto os fatores que se situam no país de residência assumem uma relevância menor. Trata-se, porém, de fatores que se referem a dimensões diferentes. Enquanto os primeiros aludem a motivações de natureza pessoal e subjetiva, os segundos indicam a ação de razões económicas e sociais objetivas, ainda que ao nível das perceções dos respondentes.

O efeito da pandemia sobre as intenções de regresso

A crise sanitária provocada pelo Covid-19 teve expressões em toda a sociedade e, naturalmente, também no campo das migrações internacionais. Ao nível da população emigrante são conhecidos relatos que apontam para a degradação das situações económica e social de alguns grupos de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. Ainda que esta questão não integrasse os objetivos iniciais do projeto, a coincidência com o momento da inquirição conduziu a que sentíssemos necessidade de avaliar a importância deste contexto e inserir questões sobre os previsíveis efeitos da pandemia não só sobre as suas intenções de regresso, mas, também, sobre a sua situação económica e preocupações sociais inerentes a este período.

Apesar dos efeitos que a pandemia tem provocado a diferentes níveis, a maioria dos inquiridos afirmaram que a sua intenção de regresso não foi afetada pela pandemia em curso. O facto de o inquérito ter sido realizado num momento em que os efeitos da crise sanitária ainda não se encontravam perfeitamente visíveis e em que se tendia a perspetivar o regresso, a curto prazo, a uma situação de normalidade (testemunhada, por exemplo, pelas perspetivas económicas genericamente otimistas para o ano de 2021), poderá ajudar a explicar estes resultados (68% dos inquéritos foram respondidos entre junho e outubro).

Gráfico 5: Efeitos da pandemia sobre a intenção de regressar

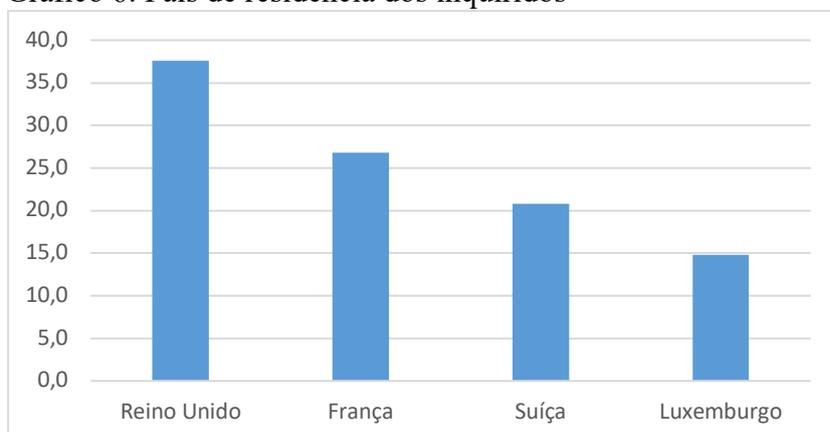


Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

A situação vivida a este respeito já tinha tido, contudo, reflexos, ainda que pouco expressivos, na situação laboral e económica dos inquiridos. A suspensão da atividade laboral constitui o efeito específico mais assinalado pelos inquiridos (15%), seguindo-se as situações de desemprego (2%). Uma parte dos inquiridos admitiu, ainda, ter sido afetada de formas variadas e não especificadas, relacionadas, provavelmente, com a redução do horário laboral. Em linha com estes dados, 34% dos inquiridos registaram uma diminuição do seu rendimento e/ou dos rendimentos da sua família, 24% dos quais de forma substancial.

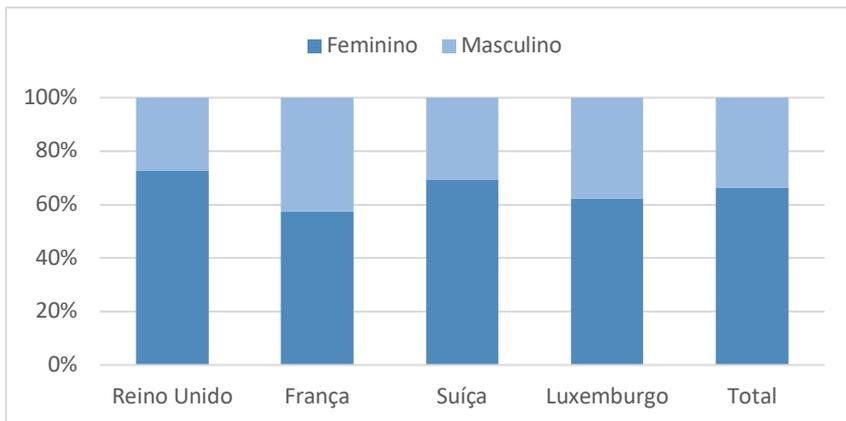
Quem foram os inquiridos que participaram no estudo

Gráfico 6: País de residência dos inquiridos



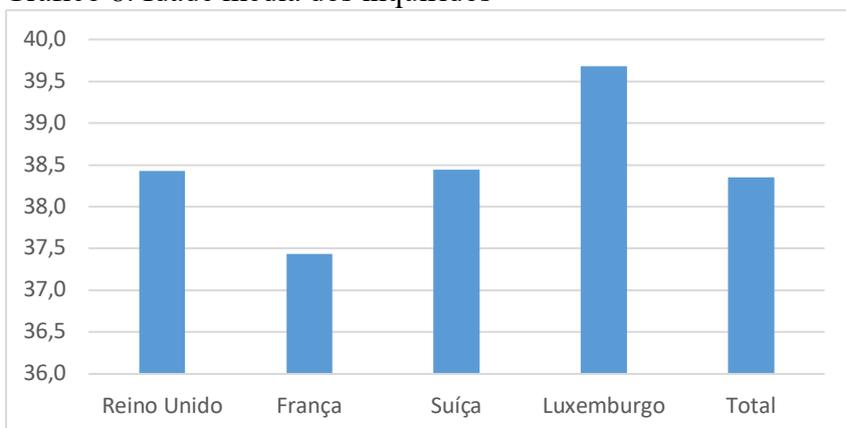
Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Gráfico 7: Sexo dos inquiridos



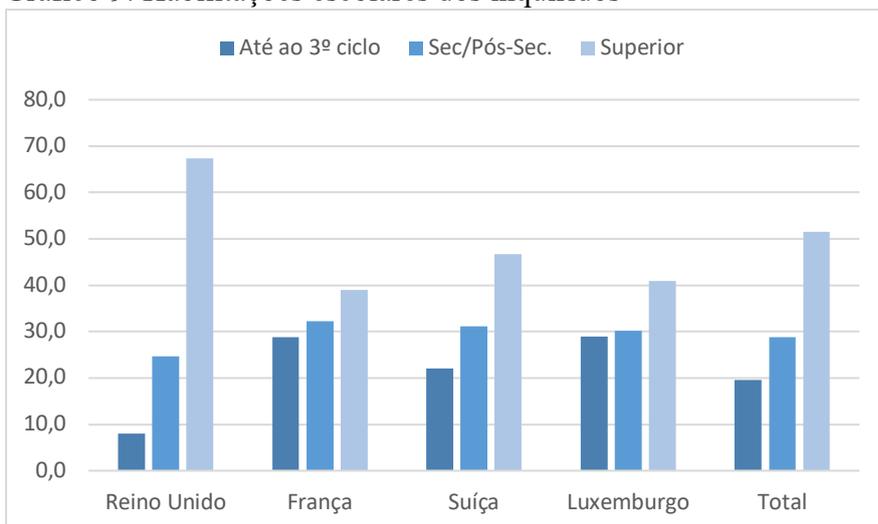
Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Gráfico 8: Idade média dos inquiridos



Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Gráfico 9: Habilitações escolares dos inquiridos



Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017)

Nota metodológica

Os dados usados nesta síntese foram coligidos através de um inquérito aplicado no âmbito do projeto ‘Experiências e Expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades’, financiado pela FCT (PTDC/SOC-SOC/28730/2017). O inquérito online obteve 2.349 respostas válidas, analisando-se nesta síntese apenas as que tiveram origem em residentes num dos quatro países analisados em maior profundidade (Reino Unido, França, Suíça e Luxemburgo), no total de 1.126 respondentes. Estes respondentes satisfaziam as seguintes condições: a) ter nascido em Portugal ou ter cidadania portuguesa; b) ter 18 ou mais anos; c) viver atualmente no estrangeiro; d) ter emigrado no ano 2000 ou depois. Uma vez que não havia uma base de amostragem disponível, os respondentes foram recrutados através de uma amostragem em bola de neve. Dado tratar-se de um inquérito online que não se baseia numa amostra probabilística não é possível generalizar os resultados para toda a população emigrante portuguesa, embora se considere que o tamanho da amostra e os métodos utilizados para diversificar o tipo de inquiridos permitam informar sobre as atitudes dos emigrantes face ao regresso.

Por último, gostávamos de chamar a atenção para o seguinte:

Encontra-se em curso um inquérito sobre as experiências de regresso de emigrantes, disponível em <https://bit.ly/2LoXlhu>, para o qual se solicita a participação de portugueses que tenham regressado a Portugal após o ano 2000.

Referências bibliográficas

- Góis, Pedro, Marques, José Carlos & Pinho, Filipa. (2017). Empreender 2020 – O regresso de uma geração preparada. Diagnóstico de situação atual, Relatório do projeto Empreender 2020. Porto, CH Academy e Fundação AIP
- Peixoto, João, Oliviera, Isabel Tiago, et al. (2016). A Nova Emigração e a Relação com a Sociedade Portuguesa. In: J. Peixoto, et al. *Regresso ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 2016, p. 29-69.
- Pires, Rui Pena, Azevedo, Joana, et al. (2020). Emigração Portuguesa 2020: Relatório Estatístico. Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.